



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

25/10/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. VARA DA MULHER.....	1
2. JORNAL AQUI	
2.1. JUÍZES.....	2
3. JORNAL CORREIO POPULAR	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADOR.....	4 - 7
4.2. SEM ASSUNTO.....	8 - 10
4.3. VARA CRIMINAL.....	11 - 13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. AÇÕES TJMA.....	14
5.2. DESEMBARGADOR.....	15
5.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	16
5.4. VARA CRIMINAL.....	17 - 18
5.5. VARA DA MULHER.....	19
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DESEMBARGADOR.....	20
6.2. JUÍZES.....	21
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DECISÕES.....	22 - 23
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	24 - 25
8.2. AÇÕES TJMA.....	26
8.3. DECISÕES.....	27
8.4. DESEMBARGADOR.....	28 - 29
8.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	30
8.6. TURMAS RECURSAIS.....	31
8.7. VARA DA MULHER.....	32

Medidas de segurança ajudam a reduzir casos de estupro na Grande São Luís

Dados da Secretária de Estado da Segurança Pública do Estado, referentes a 2015 e 2016, mostram uma queda de 24,3% nos crimes de estupro registrados em São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, municípios que compõem a região metropolitana da capital. De acordo com o Sistema SIGO e Unidade de Estatísticas da SSP, entre janeiro e setembro, 2016 registrou 190 casos, contra os 251 registrados em 2015, o equivalente a uma queda de mais de 60 registros.

O mês de janeiro registrou a maior queda do comparativo, registrando 38 casos em 2015 e 23 em 2016, redução presente em todos os meses deste ano. Segundo a Delegada Kazumi Tanaka, titular da Delegacia Especial da Mulher de São Luís (DEM), além do policiamento ostensivo nas ruas, muitos outros fatores contribuem para queda do número de casos deste tipo de violência, que vitimam adultos e crianças.

“As políticas públicas de enfrentamento a violência têm como aliados ações simples como a iluminação de ruas e a



Delegada Kazumi Tanaka fala sobre as medidas para diminuir estes tipos de crimes

limpeza de terrenos abandonados. Essas medidas facilitam a identificação dos agressores e inibem a sensação de impunidade que a falta de iluminação ou um lugar fechado levam aos agressores”, explica a delegada.

Além das ações punitivas – identificação e detenção dos suspeitos –, a DEM também investe nas ações de prevenção. Segundo a delegada Kazumi, em paralelo ao desempenho interno, o trabalho da DEM se alia ao da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência, que envolve a realização de debates que destaquem as políticas públicas

para mulheres e realiza ações educativas. “Nós desenvolvemos um trabalho preventivo nas associações de bairros, órgãos públicos e escolas, sempre levando informações sobre os direitos das mulheres e ajudando a trabalhar a autoestima para que o medo de denunciar as práticas de violência seja superado”, conta a delegada.

A delegada ainda explica que, além de ser um dos mais difíceis crimes de ser denunciado, por causa do constrangimento, o estupro também é um dos mais traumáticos para as vítimas. “A mulher tem que

acionar a polícia para fazer o registro do boletim e depois passar por exames médicos, que além de comprovar o ato, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Sem falar que a cada denúncia e suspeito identificado, são menos possíveis vítimas daquele agressor na rua. Por isso a importância da denúncia o mais breve possível”, explica.

Assistência - É uma constante neste Governo a realização de uma série de ações para redução dos casos, punição de agressores e eficácia no cumprimento das leis vigentes.

A secretária de Estado da Mulher (Semu), Laurinda Pinto, explica essas ações. “Além de colocar em prática a implantação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) contra o Femicídio, que reúne membros da Segurança, Justiça e de entidades ligadas à proteção da mulher para discutir e criar estratégias de prevenção e repressão dos crimes contra a mulher, temos trabalhado para que as ações cheguem até as vítimas e que realmente garantam sua segurança”, destacou a secretária.

► MUDANÇAS

Cidade de Bom Jardim tem o “3º prefeito” em dois anos

Com o afastamento da prefeita de Bom Jardim, Malrinete Gralhada, que foi afastada de suas funções pela Justiça, a gestão do município deverá ser assumida por Manoel da Conceição Ferreira Filho. Segundo a determinação da Justiça, após a promulgação da sentença, a Câmara de Vereadores de Bom Jardim teria 24 horas para realizar a sessão solene de lavratura do termo de posse e exercício provisório do novo prefeito.

Manoel da Conceição, o Sinego, do PRB, era o atual

vice-presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim, e no exercício da presidência, tomou posse em sessão realizada na manhã da última sexta-feira (21) como prefeito bonjardinense.

Na escala hierárquica, quem assumiria o Executivo municipal seria o chefe do Poder Legislativo, Arão Sousa da Silva, acontece que, diante de uma decisão da Justiça no mês de agosto deste ano, o presidente da Câmara também foi afastado do cargo em 120 dias.

TJMA aprova Semana Jurídica Itinerante para região sul do Estado

O Pleno o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou proposta do desembargador João Santana Sousa, para realização de Semana Jurídica na comarca de Imperatriz, com o julgamento de processos de segundo grau, relativos às comarcas da região sul do Maranhão.

A proposta será objeto de estudo de impacto orçamentário e regulamentação, podendo ser implementada no próximo ano.

Segundo o desembargador João Santana, o projeto objetiva aproximar a Justiça de 2º Grau do jurisdicionado e comunidade jurídica da região sul, facilitando aos advogados e às partes o acompanhamento do julgamento de processos de seu interesse.

“A necessidade de uma prestação jurisdicional mais célere torna imprescindível que o Poder Judiciário também vá de encontro ao jurisdicionado, facilitando o acesso à Justiça”, avalia o desembargador João Santana, autor da proposta.

Quando implementado, o projeto vai abranger o julgamento de processos de 2º grau oriundos de 28 comarcas da região sul do estado (Açailândia, Amarante, Arame, Balsas, Barra do Corda, Barão de Grajaú, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Itinga, João Lisboa, Loreto, Montes Altos, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, Porto Franco, Riachão, Mirador, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Pedro da Água Branca, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Roque, Sucupira do Norte e Tasso Fragoso). (Assessoria de Comunicação do TJMA)

Divulgação



O desembargador João Santana foi o autor da proposta.

Desembargadores

Declaração de ministro a respeito de salários cria mal-estar

POLÍTICA 2

Ministro revela comentário de Dino e abre crise com o TJ

Governador do Maranhão teria dito que desembargadores recebem mais de R\$ 55 mil por mês; Judiciário negou

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O governador Flávio Dino (PCdoB) envolveu-se em uma polêmica com desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) depois de ter revelado teor de uma conversa sua com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

O magistrado contou à Folha de S. Paulo que o governador do Maranhão afirmou, em conversa entre os dois, que todos os membros do TJ-MA recebem acima do teto permitido pela Constituição – atualmente em torno de R\$ 33 mil.

Segundo Mendes, Dino afirmou que os salários dos magistrados maranhenses é de mais de R\$ 55 mil.

“O Judiciário brasileiro é um macrocéfalo com pernas de pau. É o mais caro do mundo. E muito mal estruturado. Há uma distorção completa. O governador do Maranhão, Flávio Dino, me disse que não há nenhum desembargador ganhando menos do que R\$ 55 mil no Estado. O teto nacional é de R\$ 33 mil”, declarou o ministro.

O governador não se manifestou

publicamente após a entrevista do presidente do TSE. A presidência do TJ-MA, por outro lado, emitiu nota desmentindo a informação.

Segundo o Tribunal, “não é verdadeira a informação de que os desembargadores não recebem menos que R\$ 55 mil de salário”.

“As remunerações de todos os desembargadores, juízes e servidores do Poder Judiciário maranhense estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do TJMA e comprovam que os recebimentos de todos dos desembargadores não alcançam o valor informado”, diz o comunicado, que acrescenta ser “em con-

formidade com a lei” todo pagamento de “subsídio, auxílios e vantagens eventuais” feito pelo Judiciário maranhense.

“Subsídio, auxílios e vantagens eventuais sendo pagos em conformidade com a lei, estando tanto o rendimento bruto, quanto líquido, bem abaixo do que foi informado ao jornal A Folha de São Paulo (sic!)”, completa a nota.

Supersalários

A polêmica entrevista de Gilmar Mendes foi publicada praticamente uma semana depois de o ministro Dias Toffoli, também do STF, negar seguimento a um mandado de se-

TETO SALARIAL

AMMA diz que verbas não são salário

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) também emitiu nota sobre o caso e afirmou que o teto salarial é observado integralmente e que outras verbas adicionais não integram este teto. No

comunicado, a associação afirmou, ainda, que “nunca teve conhecimento de nenhuma manifestação oficial do governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, sobre a remuneração da Magistratura maranhense”.

Arquivo



Flávio Dino com o presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha, e o deputado Humberto Coutinho

gurança por meio do qual os desembargadores Antonio Bayma, Milson Coutinho, Etelvina Gonçalves e Raimundo Cutrim - os três últimos já aposentados - tentavam derrubar decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou o corte imediato dos valores acima do teto constitucional recebidos por eles.

No mandado de segurança os magistrados alegavam violação do direito de ampla defesa e argumentavam que a redução havia sido realizada de forma abrupta e ilegal, provocando lesão a direito líquido e certo, pois atingiu situações jurídicas já consolidadas, além de representar afronta aos princípios constitucionais da irredutibilidade de vencimentos, do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, o que impossibilitaria a intervenção da administração pública.

No entendimento dos magis-

Corte de salário não implica violação

Desembargadores tentam reaver recursos extras

trados, os valores decorrentes do exercício da Presidência e da Corregedoria do tribunal deveriam permanecer incorporados aos vencimentos.

Ampla defesa

Ao negar seguimento ao mandado Toffoli afastou a alegação de violação à ampla defesa e ao contraditório e observou que a deliberação de corte dos vencimentos pelo teto, contra a qual se insurgiram

os magistrados, está de acordo com a jurisprudência do STF.

O ministro salientou que no julgamento do RE 606358, de relatoria da ministra Rosa Weber, ficou assentado que, para efeito de cálculo do teto e corte dos valores que o superem, não implica violação de princípios constitucionais, especialmente o da irredutibilidade dos vencimentos, a exclusão de valores correspondentes a vantagem pessoal, ainda que recebidos antes da Emenda Constitucional nº 41/2003.

“Assim sendo, na espécie, não há falar em qualquer ilegalidade ou arbitrariedade no decote, quanto aos vencimentos dos então impetrantes, dos valores que excederam o teto remuneratório, nos termos do que dispõe o artigo 37, incisos XI e XV, da Carta Magna, aliado ao entendimento firmado nesta Suprema Corte”, concluiu o relator. ●

Lançado livro que reúne estudos de Leomar Amorim

Magistrado morreu em 2014, e suas teses foram defendidas por autores e catalogadas em publicação divulgada na noite de ontem em ato solene

Os estudos do desembargador Leomar Amorim – falecido em 2014 e uma das referências no âmbito do judiciário maranhense – foram reunidos em uma publicação intitulada "Estudos em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim" e lançada na noite de ontem. O ato, que ocorreu no auditório da sede da Justiça Federal, no bairro Areinha, em São Luís, contou com a presença de admiradores e familiares do magistrado.

A obra, de 828, páginas e cuja elaboração foi feita nos últimos 12 meses foi organizada pelo desembargador Reynaldo Soares da Fonseca e pelo juiz federal Roberto Cardoso Veloso, ambos admiradores do trabalho de Leomar Amorim. "Trata-se de um nome que representou de maneira sublime a Justiça maranhense em foros do país. Além de desenvolver estudos que serviram de base jurisprudencial para a tomada de decisões importantes", disse Reynaldo Soares da Fonseca.



De Jesus

Reynaldo Soares e Roberto Carvalho lançam livro com estudos de Leomar

De acordo com o juiz federal Roberto Carvalho Veloso, a obra de Leomar Amorim merecia a catalogação. "É uma grande honra para nós, que somos admiradores do trabalho do desembargador Leomar", disse.

Após as dedicatórias e falas dos organizadores da publicação, o desembargador aposentador Alberto

Tavares Vieira da Silva proferiu palestra sobre a história de vida de Leomar Amorim.

Nascido em Itapecuru-Mirim, Leomar Amorim integrava o Tribunal Regional Federal da primeira região, com sede em Brasília. Foi fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e integrante do Conselho Nacional de Justiça. ●

Réu é absolvido, mas vai para o hospital

Crime ocorreu em 2005, mas o acusado, que tem problemas mentais, só foi preso em 2013

ZÉ DOCA

A juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 1ª Vara de Zé Doca, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última semana. O réu era Delzivan Vilarindo Nascimento, acusado de homicídio. Ele foi absolvido, mas recebeu a medida de segurança que consiste em internação em hospital psiquiátrico pelo período de, no mínimo, um ano. Decorrido esse prazo, o acusado deverá passar por avaliação médica através de nova perícia.

Consta no inquérito policial que

Delzivan Vilarindo, conhecido pelo apelido de Sacola, teria matado Idalécio Pereira da Silva, fato ocorrido em janeiro de 2005. O crime aconteceu no povoado Caranguejo, em Zé Doca. Idalécio foi morto a golpes de 'porrete' e de faca, que teriam sido desferidos por Delzivan e Raimundo Nonato dos Santos. Os acusados estavam bebendo em uma quitanda. Consta de depoimentos de testemunhas que, após insistência, a vítima comprou uma garrafa de cachaça e bebeu com os denunciados. ●

Íntegra em oestadoma.com//416887

RÁPIDA

Pecuarista Haymar Costa volta a ser preso pela polícia

O pecuarista e acusado de cometer crime de agiotagem no Maranhão, principalmente na região de Barra do Corda, Haymar Costa Pinto, foi preso ontem mediante ordem judicial. Segundo a polícia, ele havia sido preso anteriormente durante a operação Rei da Vela, no dia 29 de setembro deste ano em Zé Doca, mas foi liberdade por um habeas corpus do Tribunal de Justiça. A prisão foi feita pelo delegado regional de Zé Doca, Renilto Ferreira.

Íntegra em oestadoma.com/416885

Quatro foragidos da Justiça são presos na capital e interior

Homem suspeito de homicídio no ano passado, conhecido como *Potiguar*, foi preso na Liberdade

Quatro foragidos da Justiça foram tirados de circulação pela polícia, em São Luís e no interior. Um deles foi Ronaldo Mendes Mendonça, o *Potiguar*, de 19 anos, que segundo a polícia, foi preso na noite de domingo, 23, na Rua da Vala, no bairro Liberdade. Ele foi conduzido ao Plantão de Polícia Civil do Parque do Bom Menino.

Ainda de acordo com a polícia, *Potiguar*, ao observar a guarnição do 9º Batalhão da Polícia Militar, tentou fugir, mas acabou capturado. Na delegacia ficou constatado que havia um mandado de prisão em aberto contra ele, que também é suspeito de ter assassinado a tiros o estudante Rafael Serra Santos, de 26 anos, no mês de março do ano passado, na Rua Rio Branco, no centro da cidade. Ele também tem passagem pela polícia pelos crimes de furto e roubo.

Outro foragido do Poder Judiciário preso no domingo foi Edmilson de Jesus Barros, de 29 anos, no bairro São Lourenço, em São Bento. Ele é suspeito de um homicídio ocorrido no ano passado, no povoado Conceição, zona rural dessa cidade.

Divulgação



Ronaldo Mendes, o *Potiguar*

Mais prisão

A polícia prendeu ontem em cumprimento a uma ordem de judicial, Alessandro Silva Rodrigues e Bruno Nunes de Abreu, na cidade de Balsas. A polícia informou que a dupla é acusada de ter assassinado Vinicius Lima dos Santos, no dia 4 de setembro deste ano, no povoado Correio, nesse município. O crime teria sido motivado por uma dívida no valor de R\$ 70,00 que a vítima tinha com um terceiro envolvido, identificado como William, que ainda não havia sido preso até a tarde de ontem. ●

Eleições 2016

Biaman Prado



Edivaldo Holanda Jr. respondeu a perguntas durante o JMTV 2ª edição

Edivaldo reafirma promessas de campanha

O prefeito de São Luís e candidato à reeleição participou de entrevista na TV Mirante. Hoje, será a vez do candidato Eduardo Braide. **POLÍTICA 3**

Edivaldo destaca avanços na Educação em entrevista

Prefeito de São Luís e candidato à reeleição foi o entrevistado de ontem no JMTV 2ª Edição; candidato Eduardo Braide participa de entrevista hoje



GILBERTO LÉDA
Da Editoria de Política

O prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PDT), candidato à reeleição pela coligação “Pra Seguir em Frente”, foi o entrevistado de ontem, no JMTV 2ª Edição. Durante 8 minutos de entrevista, ele respondeu a questionamentos sobre educação, mobilidade urbana, infraestrutura e economia.

O prefeito comentou a possibilidade de redução de investi-



Fotos/Divulgação

Edivaldo fala aos jornalsitas da TV Mirante sobre suas ações na Educação, na Saúde e em serviços em SL

mentos em Educação, a partir da provável aprovação da PEC 241 – que institui o Novo Regime Fiscal no país e deve limitar investimentos do Governo Federal – e apontou que, no caso da capital, já houve avanços.

“É uma situação complicada [a possível aprovação da PEC 241], mas nós temos caminhado ao longo desses quatro anos de maneira tranquila e fazendo um grande trabalho na área da educação, como, por exemplo, avançando na rede física, na reforma das escolas, com recursos inclusive garantidos pelo

Pedetista diz ter reformado 70 escolas em SL

Governo Federal”, disse.

O pedetista citou, especificamente, a reforma de escolas – são 70, segundo ele –, melhorias salariais aos professores e implantação de direitos como progressões horizontais e verticais. De acordo com o prefeito, problemas com o transporte escolar na zona rural foram apenas “pontuais”.

Mobilidade

Edivaldo Júnior anunciou, ainda, licitação do primeiro trecho do corredor de transporte de São Luís. Segundo ele, os recursos foram aprovados pelo Ministério das Cidades, já estão garantidos na Caixa Econômica Federal.

“Nós temos hoje financiamento



Prefeito recorreu ao apoio de Flávio Dino para consolidar-se à frente

“Quero continuar o trabalho que estamos fazendo ao longo destes quase quatro anos de gestão”

EDIVALDO HOLANDA JÚNIOR, prefeito de São Luís

já aprovado pela CEF, via Ministério das Cidades, para na próxima gestão, se Deus e a população assim permitir, nós fazermos a licitação do primeiro trecho do corredor de transporte, uma das maiores obras sem dúvida alguma que São Luís terá, financiada com recursos do Governo Federal”, destacou.

Ele pontuou, também, outras obras viárias que a Prefeitura tem feito na capital, como as interbairros e o programa “Mais Asfalto”, em parceria com o Governo do Estado. “Intervenções viárias

importantes”, disse.

O pedetista comentou as decisões que o obrigaram a reformar feiras e mercados em São Luís. Questionado sobre o porquê de o Município precisar ter sido obrigado a realizar as obras, ele ponderou que as ações judiciais remontavam a outras gestões.

“Essa era um demanda judicial que vinha de muito tempo, de outras gestões”, completou, reiterando que as obras são feitas de acordo com a “disponibilidade financeira” do Executivo.

Pressionado, Flávio Dino declara apoio a Edivaldo Jr.

Depois de praticamente duas semanas de pressão, o governador Flávio Dino (PCdoB), oficializou, ontem, o seu apoio à reeleição do prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PDT) em São Luís.

A declaração de voto aconteceu durante participação do comunista no programa eleitoral do pedetista.

“Uma parceria só funciona bem quando cada um faz a sua parte. Desde que eu assumi como governador tem sido assim com o prefeito Edivaldo Holanda Júnior: em vez de trazer problemas, ele gosta de trazer soluções pra gente fazer juntos, em parceria. E o resultado toda São Luís está vendo. Muita coisa ainda virá pela frente. Dá gosto quando a gente pode unir forças e trabalhar bem afinado pra fazer valer o seu voto, a sua confiança, a sua esperança. Edivaldo está honrando o voto que recebeu de mim em 2012 e da população de São Luís. Por tudo isso eu votarei novamente”, afirmou.

A *O Estado*, o próprio Edivaldo Júnior comentou a declaração do comunista. “É um apoio muito importante, um companheiro e amigo com quem já caminho junto há algum tempo. Temos juntos trabalhado em parceria pela cidade de São Luís”, ressaltou. ●



Isabel Galllotti é homenageada

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Isabel Galllotti recebeu homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão, ontem, sendo agraciada com a 'Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes', em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça. A concessão da Medalha Cândido Mendes foi indicação do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, representado no ato pela vice-presidente, desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes. Participaram da solenidade o ministro Reinaldo Fonseca (STJ), o desembargador federal Ney Bello, o juiz federal Roberto Veloso, os desembargadores do TJMA, além do secretário estadual de Governo, Antonio Nunes. A entrega da Medalha à ministra foi feita pela vice-presidente da Corte, desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, que ressaltou a relevância do ato e a importância institucional da mais alta comenda do Judiciário maranhense.

DENÚNCIA

TJ esclarece salários de desembargadores

Em entrevista publicada ontem pela Folha de São Paulo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, destacou o salário recebido pelos desembargadores do Maranhão.

Segundo o ministro, “não há nenhum desembargador no Estado ganhando menos que R\$ 55 mil”. E acrescentou que a informação foi passada a ele em conversa com o governador do Maranhão, Flávio Dino.

“O Judiciário estadual tem salários extremamente generosos, mas estrutura mínima. Não tem funcionários, faltam peritos. E a discussão está concentrada no salário dos juízes. Nós não vemos juízes estaduais defendendo a melhoria do Judiciário estadual. Nós chegamos a discutir no STF portaria [do procurador-geral da República, Rodrigo Janot] que determinava que os procuradores viajassem de classe executiva. Quer dizer, perdemos as medidas! E isso é preciso ser dito para o distinto público, que é quem paga a conta”, criticou o ministro.

Ele disse, ainda, que Judiciário brasileiro “é um macrocéfalo com pernas de pau. É o mais caro do mundo. E muito mal estruturado. Há uma distorção completa”.

Abusos

Sobre juízes e procuradores que atacam a proposta de lei que pune abuso de autoridades, Mendes disse que “parece que eles imaginam que devam ter licença para cometer abusos”. Ele con-



Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Gilmar Mendes, criticou os salários dos desembargadores do MA



Não há nenhum desembargador no Maranhão ganhando menos que R\$ 55 mil

Gilmar Mendes,
presidente do TSE

tou que o projeto é de 2009 e não trata exclusivamente de juízes e de procuradores, mas sim de todas as autoridades: delegados, membros de CPIs, deputados.

Para ele, juízes e promotores não são diferentes de todas as outras autoridades e devem responder pelos seus atos. “E a verdade é que nós temos um histórico de abusos que vai de

A a Z, do guarda de trânsito ao promotor, de prisões abusivas, de vazamento de informações sigilosas, para falar apenas das coisas correntes”, disparou

Defesa do TJ

A Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão divulgou uma nota de esclarecimen-

to para rebater as “acusações” de Gilmar Mendes, informando que não é verdadeira a informação de que os desembargadores não recebem menos que R\$ 55 mil de salário.

“As remunerações de todos os desembargadores, juízes e servidores do Poder Judiciário maranhense estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do TJMA e comprovam que os recebimentos de todos dos desembargadores não alcançam o valor informado. Subsídio, auxílios e vantagens eventuais sendo pagos em conformidade com a lei, estando tanto o rendimento bruto, quanto líquido, bem abaixo do que foi informado”, afirmou.

Até o fechamento desta edição, o governador Flávio Dino ainda não tinha se pronunciado sobre as declarações.

Fórum Nacional de Juizados

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão divulgou o nome de quatro juízes de juizados especiais, selecionados por sorteio para participarem do próximo Fonaje – Fórum Nacional dos Juizados Especiais –, que será realizado em Brasília, de 16 a 18 de novembro, com o tema Novos desafios dos Juizados Especiais.

O Fonaje tem o objetivo de promover debates sobre os temas específicos; identificar ferramentas que promovam os princípios dos Juizados Especiais; propor medidas que contribuam para superar obstáculos à compreensão do Sistema dos Juizados Especiais como autônomo e dotado de características próprias; apontar avanços ocorridos e confrontar com os desafios que se desenharam no futuro do Sistema; padronizar métodos de trabalho e de procedimentos; e apresentar proposições legislativas.



DIVULGAÇÃO

Pedófilo condenado a 51 anos de prisão

O autor era tio da mãe das vítimas e pessoa querida na família. Ele se aproveitava da ausência dos pais das menores para satisfazer seu desejo sexual



A autoria também foi suficientemente demonstrada, na medida em que as vítimas indicaram que o apelante lhes mostrava fotos e vídeos eróticos, inclusive mantendo relações sexuais com outras crianças

Desembargador Tyrone Silva, relator

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância, condenando a 51 anos, 8 meses e 28 dias de prisão, um homem acusado de praticar crimes de pedofilia contra duas menores de 12 e 10 anos, no município de Estreito.

Os desembargadores Tyrone Silva (relator do processo), Joaquim Figueiredo (revisor) e José Bernardo Rodrigues decidiram, por unanimidade, pela condenação, em sessão do colegiado ontem (24), na sede da Corte estadual de Justiça.

O pedófilo foi condenado em ação penal ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), pelos crimes previstos no artigo 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável) e artigos 240 e 241 -

D, inciso I, da Lei

n.º 8.069/90

(produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, en-

de terem sido visualizadas por um empacotador do estabelecimento.

Consta na peça acusatória inicial que, após o acusado ser flagrado, a Polícia foi acionada, chegando ao local ainda quando José Raimundo se encontrava com as vítimas, ocasião em que recebeu voz de prisão, sendo revistado em seguida. Com ele, foram encontrados uma calcinha da menor no bolso, bem como um celular contendo fotos, muitas pornográficas, com as menores de idade.

De acordo com as informações contidas na acusação, o pedófilo era tio da mãe das vítimas e pessoa querida na família. Ele se aproveitava da ausência dos pais das menores para satisfazer seu desejo sexual.

Em prosseguimento, o Ministério Público aduziu que no

exame de corpo de delito não foi constada ruptura himenal ou outra lesão que caracterizasse penetração, de modo que as carícias praticadas pelo acusado eram sempre diversas da conjunção carnal.

volvendo criança ou adolescente e aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso).

De acordo com a denúncia, no dia 9 de janeiro de 2011, no interior de um supermercado localizado na cidade de Estreito, o criminoso praticou atos libidinosos (diverso de conjunção carnal) com as meninas, enquanto fazia compras no estabelecimento comercial.

As atitudes estavam sendo filmadas pelo circuito interno de TV do supermercado, além Silva enfatizou em seu voto que, na espécie, a palavra das vítimas, embora menores, é de fundamental importância para configuração de delitos de natureza semelhante a que é tratada nos autos.

Para o magistrado, como esses crimes costumam ocorrer

Para o relator do processo, desembargador Tyrone Silva, a materialidade do delito restou efetivamente demonstrada nas mídias juntadas aos autos processuais, bem como na palavra das vítimas, que informaram, perante a autoridade policial e em juízo, que a elas tiveram acesso.

“A autoria também foi suficientemente demonstrada, na medida em que as vítimas indicaram que o apelante lhes mostrava fotos e vídeos eróticos, inclusive mantendo relações sexuais com outras crianças”, afirmou o relator.

O desembargador Tyrone na clandestinidade e, naturalmente, longe de testemunhas, as declarações das vítimas – quando em consonância com as demais provas produzidas e com riqueza de detalhes, como consta ser o caso – se mostram aptas a amparar um decreto condenatório”, entendeu.



**Idade de uma das
meninas estupradas**

I Fórum da Mulher 1

A Ordem dos Advogados do Brasil - seccional do Maranhão - realiza dia 26 de outubro, no auditório da entidade, o I Fórum da Mulher e da Advogada, em quatro painéis em que serão debatidos assuntos diversos sobre o direito da mulher.

Entrada franca. O primeiro painel terá início às 9h com o tema Relações Familiares e seus Conflitos, com palestra do Dr. Lourival Serejo, desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

I Fórum da Mulher 2

Às 10h, o segundo painel “Das MPU’s como Instrumento de Enfrentamento à Violência de Gênero e Participação Social”, tendo como palestrantes o Dr. Nelson de Moraes Rego, juiz de Direito; e a Dra. Ludevina Martins, defensora pública, titular do Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGTB.

I Fórum da Mulher 3

O terceiro painel, com o tema “Feminicídio e os seus Avanços na Legislação Penal Face ao Elevado Índice de Mulheres Mortas - Análise de Casos no Maranhão”, tem início às 15h, tendo como palestrantes as doutoras Maria de Ribamar Fernandes Cardoso, especialista em Criminologia pela PUC/MG, Ciências Criminais pela UFBA, Mediação de Conflitos e Direitos Humanos pela Uema e mestranda em Direito na UNLZ-Argentina, Susan Lucena e Nereida Cristina Dutra Batalha, presidente em exercício da Comissão da Mulher e da Advogada da OAB-MA.

I Fórum da Mulher 4

O quarto e último painel, com o tema “Alienação Parental e suas Consequências Jurídicas”, será iniciado às 17h30 e terá como palestrantes a Dra. Joseane de Jesus Correa Bezerra, juíza de Direito, e Terezinha Marques Vale, secretária-geral do IBDFAM/MA.

TJMA aprova Semana Jurídica Itinerante para Imperatriz

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou proposta do desembargador João Santana Sousa para realização de Semana Jurídica na comarca de Imperatriz, com o julgamento de processos de segundo grau, relativos às comarcas da região sul do Maranhão.

A proposta será objeto de estudo de impacto orçamentário e regulamentação, podendo ser implementada no próximo ano.

Segundo o desembargador João Santana, o projeto objetiva aproximar a Justiça de 2º Grau do jurisdicionado e comunidade jurídica da região sul, facilitando aos advogados e às partes o acompanhamento do julgamento de processos de seu interesse.

"A necessidade de uma prestação jurisdicional mais

célere torna imprescindível que o Poder Judiciário também vá ao encontro do jurisdicionado, facilitando o acesso à Justiça", avalia o desembargador João Santana, autor da proposta.

Quando implementado, o projeto vai abranger o julgamento de processos de 2º grau oriundos de 28 comarcas da região sul do estado (Açailândia, Amarante, Arame, Balsas, Barra do Corda, Barão de Grajaú, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Itinga, João Lisboa, Loreto, Montes Altos, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, Porto Franco, Riachão, Mirador, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Pedro da Água Branca, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Rocque, Sucupira do Norte e Tasso Fragoso).
(Asscom TJMA)



A proposta foi apresentada pelo desembargador João Santana

Encontro Jurídico de Direitos Humanos começa hoje em Imperatriz *P4c1*

Encontro Jurídico de Direitos Humanos começa hoje

Evento vai discutir o Estado Democrático de Direito e suas garantias fundamentais

Denis Oliveira

Ainda dá tempo de fazer sua inscrição no Encontro Jurídico de Direitos Humanos. O evento acontece hoje (25), a partir das 18h, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde (Semus).

O Encontro é organizado por estudantes do décimo período de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em parceria com o Grupo de Estudos em Direito Internacional do Maranhão (Gedima). As inscrições podem ser feitas pelo site <http://bit.ly/encontrojuridico> ou presencialmente, no local do evento, a partir das 18h.

Uma das organizadoras do evento, a estudante Mariana Rabelo explica que o objetivo é a troca de conhecimentos sobre o tema, entre profissionais do direito e a comunidade. "O evento pretende, em especial, proporcionar a permuta de conhecimentos no meio acadêmico e facilitar a prática social, por meio de redes de pesquisa, dos docentes e discentes".

Os participantes terão direito a certificado de 30h, além de concorrerem a uma bolsa para o curso preparató-

rio para o Exame da OAB, oferecido pelo Damásio. Também serão sorteados livros de Direito. Outras informações estão disponíveis na página oficial do Encontro no Facebook e no Instagram.

Programação

Hoje (25), acontecem as três primeiras palestras do evento. Logo no início, a advogada Paula Regina Marques Dias aborda o tema 'A fundamentação dos Direitos Humanos: contexto histórico e conceitos de universalidade'.

Na sequência, o juiz Willian Ken Aoki trata sobre 'A liberdade de expressão como pilar do estado democrático de direito sob a perspectiva dos tribunais internacionais'.

Finalmente, o professor Artur Rocha vai discutir a respeito do 'Passivo ambiental e a possível aplicação da accountability'.

Nos outros dias, o evento vai contar com a participação de nomes como Antônio Coelho, Conceição Barbosa, Raquel Aoki, Clóvis Dias Júnior, Clara Welma Florentino e Gleidysson Carvalho.

O encerramento será nesta quinta-feira (27).

PROGRAMAÇÃO

PALESTRAS

TERÇA-FEIRA (25)

18h	Credenciamento.
19h	A Fundamentação dos Direitos Humanos: contexto histórico e conceitos de universalidade. Palestrante: Paula Regina Marques Dias.
19h50	A liberdade de expressão como pilar do estado democrático de direito sob a perspectiva dos tribunais internacionais. Palestrante: William Ken Aoki.
20h40	Passivo ambiental e a possível aplicação da <i>accountability</i> . Palestrante: Artur Rocha.

QUARTA-FEIRA (26)

19h	A proteção constitucional e internacional da pessoa com deficiência: desafios de efetividade em uma sociedade excludente. Palestrante: Clóvis Marques Dias Jr.
19h50	As 10 medidas contra a corrupção e sua (in)compatibilidade com a Constituição Federal. Palestrante: Gleidysson de Carvalho.
20h40	O paradigma da amizade e o Estado Democrático de Direito. Palestrante: Antonio Coelho.

QUINTA-FEIRA (27)

19h00	Justiça restaurativa: a ressignificação do conflito penal e a construção de um novo paradigma. Palestrante: Clara Welma Florentino e Silva.
19h50	Terra, questão fundiária e Reforma Agrária: Interrogantes e desafios do Direito Agrário. Palestrante: José Mário Riquelme Hernandez.
20h40	Cidadania e Direitos Humanos. Palestrante: Conceição Barbosa.
21h30	Encerramento.

MINICURSOS

QUARTA-FEIRA (26)

14h	O Marco Civil da Primeira Infância. Fábio Carvalho.
-----	--

QUINTA-FEIRA (27)

14h	Direito agrário, crise institucional e concentração fundiária: experiências da América Latina. José Mário Riquelme Hernandez.
-----	--

Justiça determina afastamento de prefeito de Santa Quitéria.Pág-3

Justiça determina afastamento de prefeito de Santa Quitéria

A Justiça do estado do Maranhão determinou o afastamento de Sebastião Araújo Moreira pelo prazo de 180 dias da Prefeitura do município de Santa Quitéria do Maranhão, situado a 349 km de São Luís. Além disso, a decisão judicial decidiu também pela a posse do vice-prefeito no prazo máximo de 24 horas.

A decisão é baseada em uma Ação Civil Pública (ACP) de improbidade administrativa ajuizada em virtude dos constantes atrasos no pagamento dos salários dos servidores municipais de Santa Quitéria. De acordo com o órgão ministerial, desde o ano de 2015 a Prefeitura vem atrasando o pagamento do salário dos servidores.

Ainda conforme o MP, um ofício foi encaminhado ao prefeito com o intuito de esclarecer o problema. O promotor de Justiça Luiz Eduardo Braga Lacerda afirma que o Município respondeu ao questionamento do MPMA reconhecendo os atrasos e apresentando "justificativas genéricas e vagas" para o problema e sem apresentar qualquer dado técnico consistente.

O agravamento da situação levou o Sindicato dos

Profissionais do Magistério, em janeiro deste ano a decidir, em assembleia, retardar o início do ano letivo em Santa Quitéria até que houvesse o pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2015, além do 13º salário.

Com o objetivo de solucionar o problema, a Promotoria de Justiça de Santa Quitéria expediu Recomendação ao prefeito e secretários municipais, que sugeria medidas como a abstenção na contratação de novos servidores e reordenação da estrutura funcional do município, com diminuição no número de servidores e elaboração de um planejamento financeiro que pusesse fim aos atrasos nas remunerações. A Recomendação obteve resultados mínimos, que não sanaram as demandas.

No dia 22 de julho, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MP e o prefeito Sebastião Moreira, secretários, tesoureiro e procurador do Município. Entre os termos do acordo estava a obrigatoriedade de regularização dos atrasos até o dia 5 de outubro deste ano. Entretanto, o acordo também foi descumprido.

Corregedoria discute medidas contra fraude em consignados

..... **PÁG. 4 [C1]**

Corregedoria discute medidas contra fraude em empréstimos consignados

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, realizou reunião com juízes, advogados e representantes de instituições bancárias, na última semana, para tratar da crescente demanda processual envolvendo empréstimos consignados. Os juízes auxiliares da Corregedoria e das coordenações de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário também participaram do encontro. Segundo a juíza da comarca de Coelho Neto, Karla Jeane, as crescentes demandas processuais referentes a empréstimo consignado contra o Banco Bradesco, por exemplo, estão inviabilizando até a própria Distribuição do fórum. A reclamação foi compartilhada pelo titular da 2ª vara de Códó, juiz Hóldice Barros, que sugeriu o envolvimento da Corregedoria

e das policiais estadual e federal para a resolução do problema. “Muitas dessas ações são ajuizadas sem que os autores tenham conhecimento da referida causa”, observou o magistrado. A advogada Priscila Campos, representante do Banco Bradesco na reunião, apresentou dados gerais referentes aos processos de empréstimos consignados, os quais, segundo o Bradesco, apresentam nítida má-fé de quem os ajuíza. O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA), Walney Abreu, vê com preocupação a alta demanda de processos sobre empréstimo consignado, e sugere medidas preventivas e repressivas, pois, segundo ele, a maioria são de direitos inexistentes. A corregedora Anildes Cruz

informou que a Corregedoria e a Presidência do TJMA estudam medidas para conter e identificar tais abusos que porventura estejam ocorrendo no ajuizamento de ações dessa e de outras naturezas em todo o Estado. “Temos orientado os juízes para que realizem formalmente os procedimentos judiciais de notificação aos órgãos competentes, quando identificarem ações com autoria e documentação de caráter duvidoso, para as providências cabíveis”, ressaltou a desembargadora corregedora. A juíza Sônia Amaral, da Coordenadoria de Planejamento Estratégico do TJMA, disse que as medidas mencionadas pela corregedora estão sendo discutidas com a Coordenadoria de Planejamento Estratégico da CGJ, por meio do juiz Gladiston Cutrim. Um workshop direcionado aos juízes com ênfase no tema fraude em empréstimos consignados deve ser realizado assim que for

firmada uma parceria entre Poder Judiciário e Fenabam (Federação Nacional dos Bancos), que viabilizará, também, a troca de informações, o mapeamento de fraudes, e o acionamento do Sistema de Segurança do estadual e federal para investigar os casos. Outro ponto discutido entre CGJ e TJ, é o desenvolvimento de parcerias para o processo de inclusão digital nas localidades de maiores ocorrências de fraudes. “Muitos usuários do sistema bancário ainda têm dificuldades em lidar com a informatização dos Bancos, o que contribui para o surgimento das fraudes”, finalizou a corregedora. Os juízes Márcia Chaves (Coordenadoria de Juizados Especiais da CGJ), e Ferdinando Serejo (Presidente Dutra), os advogados Yuri Corrêa e Rômulo dos Santos (OAB-MA), Procópio Neto, José de Ribamar Carvalho, e Heloé Vieira (representante do Bradesco), também participaram da reunião.

Ministra do STJ é homenageada no TJMA

Divulgação



A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Isabel Galllotti, recebeu homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta segunda-feira (24), sendo agraciada com a 'Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes', em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça. A concessão da medalha foi indicação do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, representado no ato pela vice-presidente, desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes. A entrega da Medalha à ministra foi feita pela vice-presidente da Corte, desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, que ressaltou a relevância do ato e a importância institucional da mais alta comenda do Judiciário maranhense. Além da Medalha Cândido Mendes, a ministra recebeu também, na ocasião, a Medalha Comemorativa dos 200 anos do TJMA e o livro do Bicentenário, entregues pela corregedora-geral da Justiça,

desembargadora Anildes Cruz, e pelo diretor da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), desembargador Jamil Gedeon.

HOMENAGEM

A desembargadora Nelma Sarney saudou a ministra Isabel Galotti, frisando sua relação familiar de tradição com a Justiça e o reconhecimento nacional do seu trabalho. A magistrada destacou o importante trabalho da ministra em relação à uniformização de jurisprudências, contribuindo com a consolidação de direitos relativos ao consumo e à saúde, por exemplo. "Saio daqui inspirada pelo ideal libertário e enriquecida pela memória de Cândido Mendes", frisou a ministra. A Medalha Cândido Mendes é concedida com diploma e roseta, pelo TJ a governador, ministros de tribunais superiores, ministros de Estado, senadores e presidente da República. É concedida também a todo desembargador do TJ no ato de sua posse no cargo.

Santa Quitéria

Prefeito é afastado do cargo a pedido do Ministério Público do Maranhão

Em atendimento a um pedido ajuizado, em 29 de setembro, pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em 21 de outubro, o afastamento do prefeito do município de Santa Quitéria, Sebastião Araújo Moreira, pelo prazo de 180 dias. Também foi decidido que a Câmara de Vereadores deve empossar, no prazo de 24 horas, o vice-prefeito interinamente no cargo de prefeito. Assinou o pedido de afastamento o promotor de justiça Luiz Eduardo Braga Lacerda. Proferiu a decisão o juiz Danilo Mendes de Santana.

A solicitação de afastamento é referente à Ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizada, em 9 de agosto, em razão dos constantes atrasos no pagamento dos salários dos servidores municipais.

HISTÓRICO

Desde 2015, a Promotoria de Justiça de Santa Quitéria vem recebendo informações acerca de atrasos no pagamento do salário dos servidores municipais. Primeiramente foi enviado ofício ao prefeito solicitando esclarecimentos a respeito do problema. Segundo o promotor de justiça, em novembro de 2015, o Município respondeu ao questionamento do MPMA reconhecendo os atrasos e apresentando “justificativas



Prefeito Sebastião Araújo foi afastado devido aos atrasos no salário dos servidores

genéricas e vagas” para o problema, sem a apresentação de qualquer dado técnico consistente. O agravamento da situação levou o Sindicato dos Profissionais do Magistério, em janeiro de 2016, a decidir, em assembleia, retardar o início do ano letivo até que houvesse o pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2015, além do 13º salário. Foi conseguida, inclusive, medida

liminar que bloqueou 60% dos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) recebidos pelo município. Porém, logo após o desbloqueio das contas, os vencimentos voltaram a atrasar. Avançando na investigação, o Ministério Público atestou que o Município, além de possuir número excessivo de

servidores municipais, sobretudo contratados, possui planejamento e execução orçamentárias desordenadas.

Com o intuito de solucionar o problema, a Promotoria de Justiça de Santa Quitéria expediu Recomendação ao prefeito e secretários municipais, que sugeria medidas como a abstenção na contratação de novos servidores e reordenação da estrutura funcional do município, com diminuição no número de servidores e elaboração de um planejamento financeiro que pusesse fim aos atrasos nas remunerações. A Recomendação obteve resultados mínimos, que não sanaram as demandas.

No dia 22 de julho, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta entre o MPMA e o prefeito Sebastião Moreira, secretários, tesoureiro e procurador do Município. Entre os termos do acordo estava a obrigatoriedade de regularização dos atrasos até o dia 5 de outubro deste ano. No entanto, o acordo também foi descumprido. “O que se observa é o desinteresse em reverter o problema existente com os servidores públicos. Nem a multa pessoal, prevista no TAC, foi capaz de compelir o prefeito e seus assessores a bem gerir os recursos orçamentários”.

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão desmente Flávio Dino

..... **PÁG. 2 [C1]**

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão desmente Flávio Dino

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o ministro Gilmar Mendes (presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal) revelou que o governador Flávio Dino (PCdoB) lhe disse que todos os integrantes do Tribunal de Justiça do Maranhão ganham mais de R\$ 55 mil.

“O governador do Maranhão, Flávio Dino, me disse que não há nenhum desembargador ganhando menos do que R\$ 55 mil no Estado. E o teto nacional é de R\$ 33 mil”, afirmou Gilmar Mendes.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, reagiu à matéria publicada pela Folha de São Paulo com base na afirmação do governador Flávio Dino. Em nota distribuída ontem à imprensa, Cleones afirmou:

“A Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão informa que não é verdadeira a informação de que os desembargadores não recebem menos que R\$ 55 mil de salário.

As remunerações de todos os desembargadores, juízes e servidores do Poder Judiciário maranhense estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do TJMA e comprovam que o recebimento de todos dos desembargadores não alcança o valor informado.

Subsídio, auxílios e vantagens eventuais sendo pagos em conformidade com a lei, estando tanto o rendimento bruto, quanto líquido, bem abaixo do que foi informado ao jornal Folha de São Paulo”.

Palestra mostra a importância da adesão de órgãos públicos à licitação sustentável

“Compras sustentáveis na Administração Pública” é o tema da palestra que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, hoje (25), às 9h30, no seu auditório, com a assessora do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ketlin Feitosa. No evento, será destacada a importância da Administração Pública trabalhar com empresas que cumpram requisitos socioambientais, desde a produção e distribuição dos bens até a prestação de serviços e obras de engenharia. A mudança pode ser colocada em prática por meio da licitação sustentável. O evento integra a programação do Ciclo de Palestras promovido pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMA, em alusão ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro. Com a iniciativa – direcionada aos servidores e magistrados – o Judiciário maranhense busca ampliar suas ações voltadas para

a sustentabilidade, por meio do Núcleo Socioambiental. As atividades do Núcleo foram iniciadas em março deste ano, quando ele passou a articular ações voltadas para a promoção da qualidade de vida dos servidores, racionalização do uso dos bens naturais e de consumo, implantação de contratações sustentáveis, capacitação e descarte adequado de resíduos.

GESTÃO DE RESÍDUOS

A implantação da Gestão de Resíduos Sólidos é uma das iniciativas do Tribunal de Justiça, que – por meio da coleta seletiva solidária – já descartou, em 2016, quase duas toneladas de papel, 2,4 toneladas de resíduos eletrônicos e cerca de mil toneres. O material serve como geração de renda para a cooperativa de catadores que coleta os resíduos. A redução dos custos com telefonia foi outra medida adotada este ano pelo TJMA, gerando economia de mais de 50% com ligações telefônicas.

TJMA escolhe membros das Turmas Recursais de Chapadinha, Balsas, Caxias e Pinheiro

O TJMA escolheu os membros das turmas recursais que atendem aos juizados especiais de Chapadinha, Balsas, Caxias e Pinheiro.

Para membro titular da turma recursal da comarca de Chapadinha foi escolhida, pelo critério de antiguidade, a juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes (da 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim).

Os juízes Rainel Barbosa Nunes (comarca de São João dos Patos) e Lyanne Pompeu de Sousa Brasil (titular de São Raimundo das Mangabeiras) serão os membros suplentes das turmas recursais na comarca de Balsas, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente.

Pelo critério de antiguidade, o juiz Holidice Cantanhede Barros (2ª Vara da Comarca de Codó) assumirá, como membro suplente, a turma recursal dos juizados especiais com sede na comarca de Caxias.

Fórum (I)

A Comissão da Mulher e da Advogada da OAB/MA realiza no dia 26/10/2016, das 8h às 18h, na sede da entidade, situada à Rua Pedro Emanuel, no bairro Calhau, em São Luís, o "I Fórum da Mulher e da Advogada: Teoria e Prática". Podem participar advogadas (os), operadores do Direito, acadêmicos das diversas áreas do conhecimento e o público em geral. O evento tem como tema principal a Valorização da Mulher e da Advogada em diversos contextos. A programação contará com quatro painéis que abordarão questões extremamente relevantes e de grande interesse social, especialmente, para os profissionais e estudantes de direito, psicologia, medicina, enfermagem e pedagogia e também para os profissionais que lutam contra a violência de gênero, atuam no enfrentamento ao feminicídio e na área do Direito de Família.

Fórum (II)

A inscrição é GRATUITA e deve ser realizada pelo site da OAB/MA (ESA) até o dia 26 de outubro de 2016. O credenciamento será realizado uma hora antes do início do evento, no próprio local. Os participantes terão direito a certificado de participação de 10 horas. As inscrições deverão ser feitas por meio do link: <http://www.oabma.org.br/esa/agenda/evento/141>